

FUNCIONALISMO ESTADUAL

Reposicionamento e encontros com candidatos ao governo foram priorizados pela Intersindical

As entidades que integram a Coordenação Intersindical, entre elas o **SINDIFISCO-MG**, priorizaram na pauta de reivindicações conjuntas do funcionalismo estadual a luta pela implementação imediata do reposicionamento dos servidores. O reposicionamento, previsto no Decreto 45.274/2009 e que deveria ser pago em 2010, conforme compromisso assumido pelo governo com o funcionalismo, foi postergado para 2011. A justificativa para o adiamento baseou-se em parecer emitido pela Advocacia Geral do Estado (AGE) atestando a impossibilidade da concessão em 2010, em face da vedação de concessão de vantagens no período eleitoral, determinada pela Lei Federal nº 9.504/1997.



Após a decisão do governo de não pagar em julho o reposicionamento, a Intersindical realizou diversas reuniões para discutir a questão. Nos dias 1º e 5 de julho, as lideranças das entidades deliberaram pela realização de ato público de protesto.

Em 28 de julho, a Intersindical se reuniu com a secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, que estava acompanhada de dois advogados da Advocacia Geral do Estado. Na ocasião, a secretária reafirmou o impedimento da Lei Eleitoral para implantação do reposicionamento e disse ainda que, com o intuito de esclarecer a questão na Justiça Eleitoral, foi realizada consulta no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Geras (TRE-MG) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ela informou que o TRE-MG declarou impossibilidade de manifestar-se por não ter competência sobre essa questão e esclareceu que, como a consulta ao TSE deve ser feita por partido político, foi, nesse caso, efetuada pelo deputado federal Rodrigo de Castro, liderança do PSDB em Minas, mas que ainda não havia retorno.

O presidente do **SINDIFISCO-MG**, Lindolfo Fernandes de Castro, e o presidente do Sind-Saúde, Renato Barros, rebateram argumentação da AGE, manifestando o entendimento contrário da Intersindical. O presidente do **SINDIFISCO-MG** citou parecer emitido pela Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, que examinou questão semelhante e concluiu que o reposicionamento não se trata de vantagem remuneratória, mas sim de forma de desenvolvimento na carreira. "O impedimento alegado pelo governo não é jurídico, mas político, pois não se trata de aumento de salário, mas de reposicionamento na carreira", enfatizou.



Lindolfo de Castro aproveitou a oportunidade e solicitou reunião específica do **SINDIFISCO-MG** com a Seplag, devido à insatisfação da categoria fiscal em relação às distorções e injustiças contidas no Decreto 45.419/2010 que, ao invés de solucionar a questão, ampliando direitos, fez o contrário, restringindo direitos de colegas que já se sentiam contemplados. Nesse momento, a secretária geral do Sinffaz, Brígida Maria Colares, interrompeu o presidente do **SINDIFISCO-MG**, afirmando que para os gestores a questão do mérito já estava resolvida com o decreto. Diante dessa declaração, Lindolfo de Castro reiterou à secretária que, como o Sinffaz já se sentia contemplado com o decreto, a reunião deveria ser específica com o **SINDIFISCO-MG**.

Foi sugerida a criação de comissão encarregada de identificar eventuais equívocos na situação dos servidores, a fim de que esses sejam corrigidos antes da publicação da Resolução do Decreto de Reposicionamento. A comissão será centralizada na Seplag e contará com a participação de representantes de cada um dos sindicatos.



No dia 3 de Agosto, as lideranças da Intersindical se reuniram novamente com o objetivo de discutir a formação da comissão e durante a reunião conjunta do **SINDIFISCO-MG** com a SEF/MG e a Seplag, realizada em 11 de agosto, a diretoria do Sindicato reivindicou aos representantes da Seplag a criação imediata dessa comissão. Na reunião conjunta, a diretoria do Sindicato questionou mais uma vez a interpretação do Decreto 45.419/2010 que restringiu direitos de colegas que já se sentiam contemplados.

Intersindical entrega propostas aos candidatos

A Intersindical está promovendo reuniões com os candidatos ao governo de Minas Gerais com o objetivo de apresentar e discutir as propostas dos servidores públicos estaduais, bem como solicitar que essas reivindicações sejam inseridas no programa de governo dos candidatos. Durante os encontros, o presidente do **SINDIFISCO-MG** apresentou dados e fez análise da Receita e do Orçamento do Estado nos últimos anos.

No dia 2 de agosto, os representantes das entidades que compõem a Intersindical estiveram reunidos com o senador Hélio Costa e com o ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Patrus Ananias, da coligação "Todos juntos por Minas", no comitê de campanha dos candidatos ao governo do Estado. Já no dia 10 de agosto, a Intersindical se reuniu com a candidata pelo PSTU, Vanessa Portugal, o encontro aconteceu na sede do **SINDIFISCO-MG**.